A ATUAÇÃO EMPRESARIAL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BRASILEIRA

Lailton de Souza Santos[1], Layslândia de Souza Santos[2], Jefferson Nogueira Lopes[3], Wellyna Gonçalves Jucá[4], Vitória de Souza Santos[5]

[1] Doutor em Educação (PPGED/UFRN), Mestre em Educação e Ensino (PPGEEN/UECE), Pedagogo (FECLESC/UECE), lailton0110@gmail.com

[2] Doutora em Educação (PPGE/UECE), Mestre em Educação e Ensino (PPGEEN/UECE), Pedagoga (FECLESC/UECE) e Professora da Educação Básica (SME/QX), sousalays7@gmail.com

[3] Doutorando em Educação (PPGE/UECE), Mestre em Educação e Ensino (PPGEEN/UECE), Educador Físico (IFCE), jeffnogueira23@gmail.com

[4] Mestre em Educação e Ensino (PPGEEN/UECE), Pedagoga (FECLESC/UECE), Professora da Educação Básica (SME/QX), wellynagj@gmail.com

[5] Graduanda em Pedagogia (FECLESC/UECE), vitoriaxs.souza@aluno.uece.br

Resumo

Este estudo analisa a atuação dos reformadores empresariais da educação na criação e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destacando as relações entre o público e o privado no campo das políticas curriculares. A BNCC é um documento normativo que orienta a formulação das redes de currículo brasileira e estabelece dez competências para educação básica. Fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético, a pesquisa, de natureza teórico-bibliográfica, evidencia como fundações, institutos e movimentos empresariais passaram a exercer influência direta na definição do currículo nacional, orientando-o pela pedagogia das competências e por princípios gerenciais próprios do mercado. Se estabelece como base da formação nacional os princípios de eficácia, eficiência, competição, individualidade, empreendedorismo e flexibilidade. Conclui-se que a BNCC se insere em um projeto hegemônico de reorganização da educação pública, subordinando-a às demandas do capital e reforçando a dualidade educacional, o controle ideológico e a adaptação da formação humana às exigências do trabalho flexibilizado.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular; Reformadores empresariais da educação; Relação público-privado.

Introdução

Este estudo tem por objetivo analisar a atuação dos reformadores empresariais da educação na formulação e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destacando as relações entre o público e o privado no campo das políticas curriculares brasileiras. Com isso, busca-se compreender o papel dos agentes empresariais da educação na

criação do documento curricular obrigatório que orienta a construção do currículo das redes de ensino no Brasil. Entidades como o Movimento Pela Base (MPB), o Movimento Todos Pela Educação (MTPE), Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Fundação Itaú e outras entidades de natureza privada se engajaram fortemente na elaboração, aprovação e implementação das reformas empreendidas na educação brasileira nos últimos anos, inclusive, assumindo o papel de fiscalizar e sugerir alterações/atualizações a essas reformas.

A formulação da BNCC desenvolveu-se em três momentos fundamentais, marcados pela manutenção de uma orientação empresarial, economicista, pragmática, utilitarista, mercadológica e gerencial no campo das políticas curriculares. O primeiro momento concentrou-se na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, formalizado pelo Parecer CNE/CP n.º 15/2017; o segundo voltou-se ao Ensino Médio, iniciado com a promulgação da Lei n.º 13.415/2017, que instituiu um novo formato para essa etapa da educação básica, e consolidado pelo Parecer CNE/CP n.º 15/2018, responsável por orientar e instituir a BNCC do Ensino Médio. O terceiro momento incidiu sobre a formação de professores, sendo definido, inicialmente, pela Resolução CNE/CP n.º 02/2019, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), e posteriormente ampliado, em 2020, com a aprovação do Parecer CNE/CP n.º 14/2020, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

Durante todo esse processo de formulação, é evidente a presença de entes privados, muitos deles ligados a grupos empresariais e financeiros. Freitas (2014), sobre o tema, explica esse processo de privatização e a relação público-privada na educação, definindo os agentes que participam desse processo como ‘reformadores empresariais da educação’. Essa denominação refere-se a uma coalizão de entidades e figuras políticas, empresários do setor educacional, veículos de mídia, institutos e fundações privadas, além de pesquisadores ligados a essas organizações, os quais se alinham ao ideário e ao modo de organização da iniciativa privada, defendendo-a como a melhor solução para ‘consertar’ a educação em crise profunda.

O estudo em tela organiza-se em cinco momentos: a introdução, na qual se apresentam o objeto e os objetivos da pesquisa; a metodologia, que explicita os fundamentos metodológicos e epistemológicos que orientam a investigação; a primeira seção, dedicada à caracterização dos reformadores empresariais da educação e às relações que esses sujeitos estabelecem com o setor público e privado; a segunda seção, que analisa o MPB como a instituição que mais se engajou

no processo de formulação e implementação da BNCC; e, por fim, as considerações finais, que sintetizam os principais resultados alcançados pela pesquisa.

Metodologia

A investigação adota um percurso histórico, orientado pelo Materialismo Histórico-Dialético (MHD), buscando apreender os aspectos qualitativos do fenômeno em sua objetividade concreta, caracterizando-se como um estudo teórico-bibliográfico e documental. O MHD é o método que melhor permite a compreensão da totalidade do real. Nele, as categorias são determinações da realidade concreta, consideram o fenômeno como algo que requer complementações e que possui continuidade em seu desenvolvimento, estando submetido a leis históricas (Torriglia, 2018).

A pesquisa teórico-bibliográfica é realizada com base em registros disponíveis de pesquisas anteriores, presentes em documentos impressos ou on-line, como livros, artigos, teses, entre outros. No trabalho de natureza documental, parte do entendimento que documentos são produtos históricos e exige, portanto, uma abordagem crítica que considere seu contexto de produção, seleção e discurso. Os materiais produzidos pelo Estado, organizações multilaterais e agências, juntamente com os intelectuais envolvidos, vão além de fornecer diretrizes educacionais, eles articulam interesses, projetam políticas e intervém socialmente (Evangelista; Shiroma, 2019).

Nessa direção, a análise fundamenta-se em Freitas (2014), para a caracterização dos reformadores empresariais da educação; em Ball e Youdell (2007), Adrião (2018), Shiroma (2020) e Cêa (2021), para a compreensão da relação público-privada, dos processos de privatização da educação e de seus impactos no campo educacional. Como documento de referência, utiliza-se o texto da BNCC (Brasil, 2018), com o objetivo de identificar seus fundamentos e os sujeitos envolvidos em seu processo de formulação.

Os reformadores empresariais da educação e a privatização do currículo brasileiro

Os reformadores empresariais da educação se organizam para atuar no campo das políticas públicas estatais, em organizações, fundações, institutos ditos apolíticos, sem fins lucrativos, da sociedade civil. Segundo Freitas (2014), a ênfase na gestão e na adoção de tecnologia reflete a maneira como empresários implementam mudanças no setor produtivo, transferindo essa lógica para o campo da educação.

Esse fenômeno revela que a educação brasileira, por meio das políticas públicas praticadas por parcerias com o Estado, está enfrentando um processo de mercadorização. A noção do projeto formativo guiado por competências se tornou o principal fundamento de orientação curricular nos países periféricos, seguindo os ditames e a organização empresarial, transformando-se em uma mercadoria, em um serviço de troca e venda a ser oferecido pelo Estado (Freitas, 2014).

> A política educacional dos reformadores é elaborada para conciliar a necessidade de preparar indivíduos para as novas configurações do mercado de trabalho, enquanto mantém e reforça as funções sociais clássicas da escola, como a exclusão e a subordinação. Em jogo, está o controle político e ideológico da escola (Lailton Santos; Layslândia Santos; Moura e Júca, 2025, p. 56).

Para esses empresários da educação, cujas ideias permeiam todo processo de elaboração da BNCC, a formação deve possibilitar apenas uma aprendizagem elementar, ou seja, competências mínimas básicas – como saber ler, escrever, contar e algumas outras habilidades exigidas no processo de flexibilização da atividade produtiva – que possam ser medidas em um teste padronizado. Isto é, tudo se resume a uma questão de gerenciamento e competição. Frente a isso, será necessário entender como esses agentes privados utilizam o setor público para obter lucros, fomentando, assim, a privatização dos serviços públicos (coletivos) para atender a demandas particulares (individuais).

A repetição dessas ideias, a maneira de apresentar os problemas e propor soluções, acaba gerando uma hegemonia discursiva. Os “receituários” apresentados para a melhoria da educação são reproduzidos por diferentes segmentos sociais. Com isso, conseguem articular, progressivamente, uma “recepção ativa, seletiva e interpretativa, que gera novos significados no contexto de acolhimento (Shiroma, 2020, p. 19)”. Além disso, nesse processo, peritos internacionais, em parceria com organizações nacionais, avaliam, mensuram e coletam indicadores. Esses dados permitem realizar comparações e diagnosticar problemas para a venda de soluções e tecnologias a serem implementadas nas reformas educacionais (Shiroma, 2020).

Ball e Youdell (2007) identificam três modalidades de privatização da educação pública: a privatização endógena, a exógena e a privatização da política. A privatização endógena caracteriza-se pela incorporação, no interior das instituições públicas de ensino, de práticas, valores e mecanismos próprios do setor empresarial, introduzindo a lógica de mercado, da gestão gerencial e da avaliação como suposta resposta à crise da qualidade da educação pública.

A privatização exógena refere-se à inserção direta do setor privado no âmbito da educação pública, convertendo-a em espaço de obtenção de lucro, por meio da oferta de

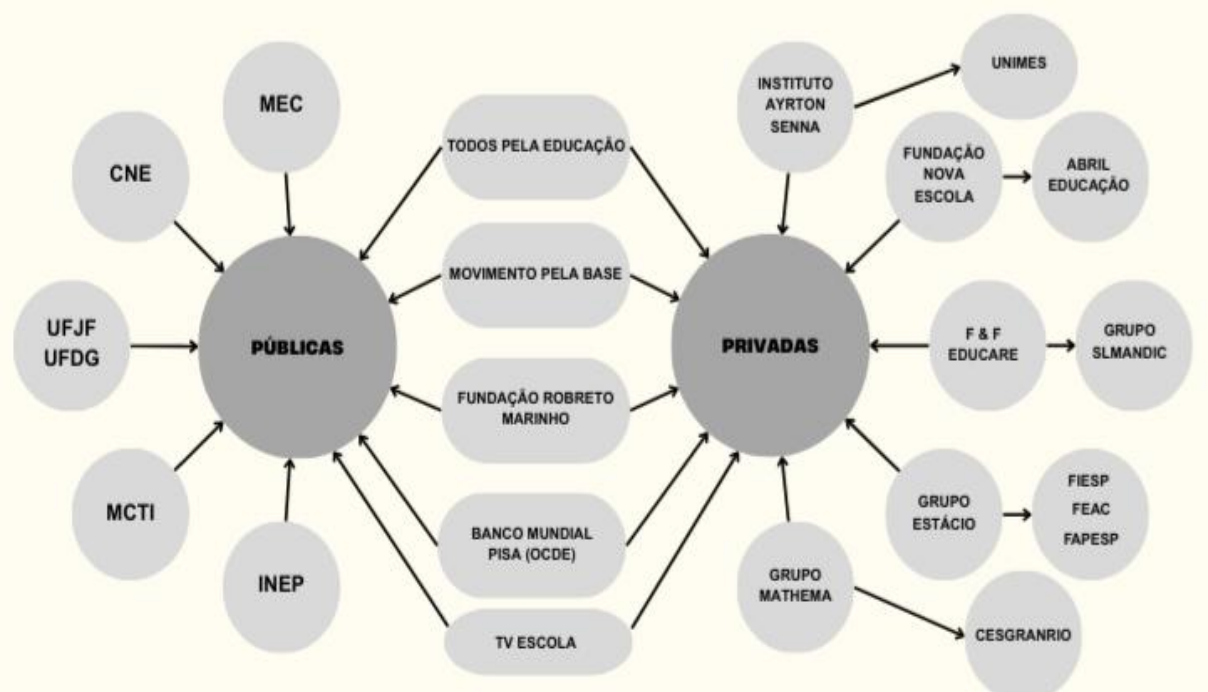
materiais didáticos, da elaboração de currículos, da formação e do treinamento de professores, entre outras formas de prestação de serviços educacionais (Ball; Youdell, 2007).

Já a privatização da política manifesta-se na influência direta ou indireta de agentes do setor privado e da indústria educacional na definição das agendas, dos debates e das políticas públicas educacionais, resultado da constituição de redes de governança corporativa que articulam empresários, políticos e gestores públicos em diferentes níveis decisórios (Ball; Youdell, 2007).

No processo de formulação da BNCC, observa-se a privatização exógena e a governança corporativa, visto que as instituições privadas foram os agentes protagonistas da versão final do documento. O currículo e a elaboração de materiais didáticos para atender ao esvaziamento do conteúdo escolar são grandes fontes de lucro para os empresários da educação.

Nesse contexto, movimentos de entidades privadas, apoiados por fundações e instituições empresariais, ganharam destaque no processo de elaboração da BNCC e na construção de políticas públicas educacionais. Instituições como o MPB, o MTPE, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Bradesco, Itaú, Instituto Unibanco, Instituto Natura, Fundação Telefônica Vivo, entre outros, demonstraram forte influência. A título de exemplificação, na Figura 1 a seguir, encontram-se as entidades envolvidas na elaboração da redação final da BNCC para o Ensino Médio.

FIGURA 1 - Agentes envolvidos na redação final da BNCC-EM



Fonte: Lailton Santos; Layslândia Santos; Moura e Júca (2025, p.59)

O que se observa na Figura 1 é que objetivo central desses organismos é racionar o uso dos recursos públicos, com ênfase na implantação de sistemas de avaliação que medem a "eficiência" e a "qualidade" da educação baseando-se em indicadores de desempenho. Essa racionalização, articulada às políticas das Parcerias Público-Privadas na Educação (PPPEs), acaba resultando no escasseamento dos recursos destinados ao setor educacional, contribuindo diretamente para sua precarização. Desloca-se os recursos públicos da educação para essas organizações, que passam a elaborar, implementar, fiscalizar e avaliar as políticas educativas do Estado.

Isso resulta na reorganização dos currículos, da gestão e da estrutura escolar em conformidade com a política de reestruturação empresarial. Em suma, a escola passa ser gerida com os mesmos princípios de uma empresa. Conclui-se, portanto, que investir na educação tornou-se um negócio lucrativo para as corporações, que contam com o apoio do Estado para atuar no âmbito público. Sendo assim, as iniciativas empresariais no currículo, buscam alinhar os interesses formativos individuais com os coletivos, sem entrar em conflito com os interesses econômicos ou do Estado Neoliberal, promovendo que o setor público adote características do setor privado, como flexibilidade, inovação, eficiência e eficácia, que são valores típicos do mercado capitalista neoliberal.

Por esse prisma, a privatização do currículo refere-se, de maneira ampla, à transferência para o setor privado da responsabilidade de definir o que ensinar, como ensinar e quando ensinar, além dos processos de avaliação da aprendizagem. Em outras palavras, envolve a determinação dos desenhos curriculares. Mais especificamente, trata-se da definição da organização temporal e espacial do conhecimento, que se traduz na estruturação dos tempos e espaços escolares e na gestão do trabalho de professores e alunos (Adrião, 2018).

A privatização é o objetivo final das políticas dos reformadores empresariais, esmiuça Freitas (2014), e se fundamentam na crença de que a qualidade educacional melhora através da concorrência em um mercado aberto, semelhante ao mundo dos negócios. Combinando responsabilização com meritocracia, a privatização surge como uma "medida justa" para defender as "crianças que não aprendem", especialmente as "mais pobres". Como consequência, a privatização da escola pública é vista como necessária para que todos tenham acesso à "boa educação" característica do sistema privado. Para os reformadores empresariais, é precisamente o fato de ser estatal que impede a escola pública de alcançar qualidade, pois, em sua visão, a gestão pública é inerentemente ineficaz.

Esses reformadores empresariais da educação, organizados em entidades privadas sem fins lucrativos são responsáveis pela implementação das mudanças que elas mesmo criaram; organizando cursos de formação para professores e gestores, desenvolvendo sistemas de avaliação online e vendendo esses serviços para Estados e Municípios. Essas instituições privadas da sociedade civil, de posicionamento neoliberal, criticam as definições tradicionais de conhecimento, especialmente os conteúdos que não são considerados importantes para o desenvolvimento econômico e a formação da força de trabalho manual. Elas buscam Itinerários Formativos que visem criar trabalhadores criativos (adaptáveis), empreendedores e conformados com a precarização (ou uberização) do trabalho.

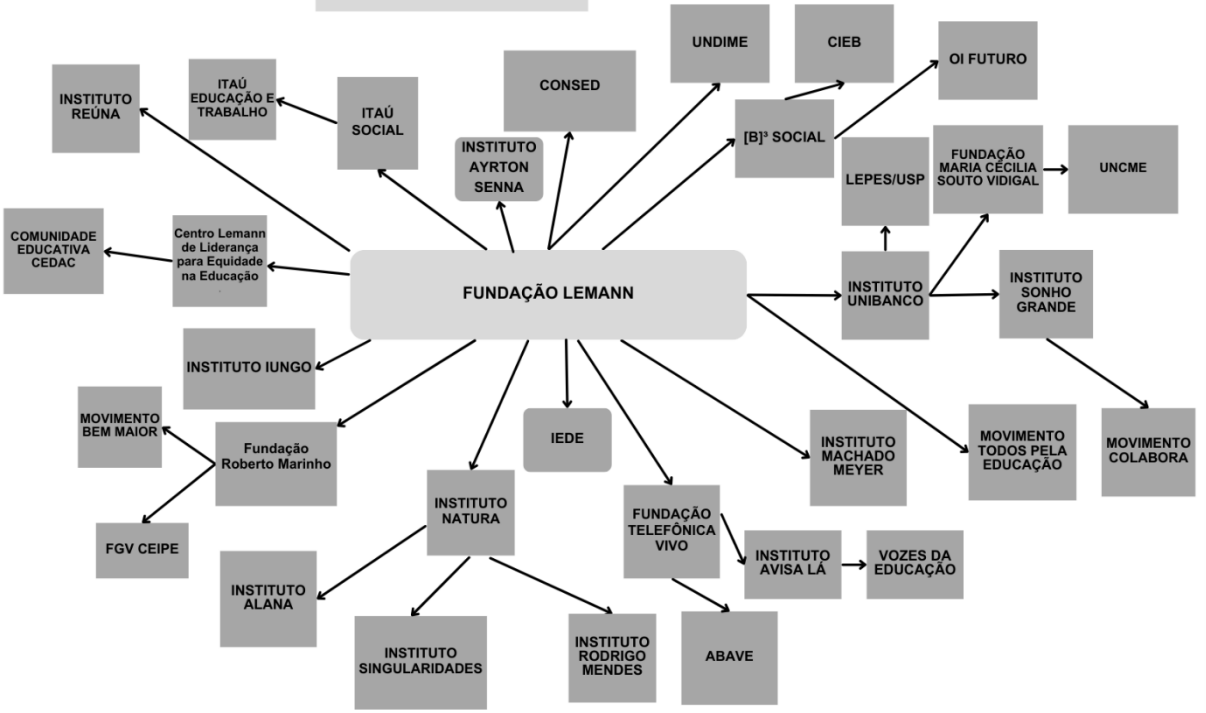
Em síntese, recorrendo a Shiroma (2020), as empresas privadas sempre tiveram envolvimento com o Estado, bem como com as políticas educacionais, impulsionadas por diversos interesses, como formação moral, preparação da força de trabalho, redução da pobreza, entre outros. No entanto, atualmente elas assumem um papel estratégico como provedoras de um serviço crucial: as inspeções escolares, a fiscalização e avaliação de desempenho, de habilidades, de competências. Isso ocorre devido às amplas oportunidades que essa função oferece no campo da reprodução do capital. Sob esses aspectos, na seção a seguir, se analisará a articulação do MPB na elaboração e implementação da BNCC.

O Movimento Pela Base e a precarização do currículo nacional

Nesta seção, analisaremos MPB e sua rede de apoio. Essa organização se apresenta como uma rede apartidária e não governamental, composta por pessoas e instituições da sociedade civil que se propõem a apoiar e monitorar a implementação qualificada da BNCC em todas as etapas da Educação Básica. Desde sua criação, em 2013, o movimento passou também a acompanhar, assessorar e monitorar a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) no Brasil. Sua missão declarada é assegurar que crianças e jovens tenham garantidos seus direitos de aprendizagem, em conformidade com os parâmetros definidos pela BNCC.

Na Figura 2, apresenta-se a rede de organizações que compõem o MPB — em sua maioria, instituições do terceiro setor que se articularam para influenciar e redefinir a política curricular no Brasil —. Essa articulação impacta diretamente os processos de formação e a identidade dos sujeitos da educação pública nacional. O que se evidencia, portanto, é que as relações estabelecidas entre organizações do terceiro setor e os sistemas públicos de ensino têm se consolidado, na sociabilidade contemporânea, como formas centrais de atuação das parcerias público-privadas (PPPs) no campo educacional.

FIGURA 2 - Rede de apoio, Doadores e Conselho Deliberativo do MPB



Fonte: Lailton Santos; Layslândia Santos; Moura e Júca (2025, p.62)

Essas organizações ocupam posições estratégicas em instâncias políticas decisivas, especialmente na formulação de políticas educacionais estatais. Desse processo, observa-se que a rede privada, da qual esse conglomerado de instituições faz parte, passa a exercer considerável influência sobre os rumos da educação brasileira. Portanto, a educação se tornou um setor altamente rentável para as corporações, que encontram no espaço público um campo fértil para sua atuação, frequentemente com o respaldo direto do Estado. É nesse contexto que se insere o MPB, como peça-chave na articulação das diretrizes curriculares nacionais, atuando como elo entre interesses privados e a política pública educacional.

A ideia de parcerias tem operado como um mecanismo estratégico não apenas por reunir distintos atores sociais — e, com eles, diferentes interesses e formas de conhecimento —, mas, sobretudo, por funcionar como instrumento de intermediação da privatização do setor público. No campo educacional, esse processo é ainda mais evidente, uma vez que tais parcerias não apenas mitigam ou mediam conflitos, mas aceleram e legitimam a transferência de prerrogativas públicas para agentes privados (Cêa, 2021).

No contexto brasileiro, diferentes instituições ligadas ao empresariado têm se esforçado para legitimar projetos que consideram estratégicos para o aumento da produtividade e competitividade empresarial, apropriando-se das políticas públicas como plataforma para seus interesses. Ao transferirem seus projetos privados para o interior dessas políticas, o empresariado converte demandas particulares em ações

> estatais, resultando em políticas públicas com objetivos privados — ou seja, ações que deixam de atender ao interesse coletivo e passam a servir a um grupo restrito (Lailton Santos; Layslândia Santos; Moura e Júca, 2025, p. 65).

As PPPs representam, nesse sentido, uma nova modalidade de filantropia empresarial, que penetra o espaço da educação pública sob a roupagem da responsabilidade social corporativa. Trata-se de uma estratégia que, na prática, oculta os processos de privatização e mercantilização do ensino público. Essas parcerias integram a lógica do gerencialismo e do Estado empreendedor, transformando a educação em um campo de negócios altamente lucrativo para setores vinculados ao capital.

Uma das maneiras para estimular as PPPs na educação ocorre por meio das organizações internacionais, que exercem pressão sistemática sobre os países em desenvolvimento para a implementação de reformas educacionais, muitas vezes como condição para a concessão de empréstimos por bancos multilaterais, como o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Essa lógica promove a uniformização das políticas educacionais entre os países devedores, reduzindo a autonomia das nações na formulação de seus próprios projetos educativos (Freitas, 2014).

Nesse contexto, o foco das políticas educacionais desloca-se para a chamada Pedagogia das Competências, que adota o lema "aprender a aprender", refletindo uma orientação direta às exigências do mercado de trabalho flexível. A centralidade das competências, descoladas de uma formação crítica e integral, aponta para a adaptação dos sujeitos à lógica da acumulação capitalista contemporânea, marcada pela desregulamentação dos direitos sociais e pela precariedade das relações de trabalho.

O MPB insere-se como um dos principais articuladores dessas diretrizes, atuando como patrono da flexibilização da formação da juventude brasileira. Essa rede ocupa espaços estratégicos no interior da estrutura pública de educação — como o Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Educação (CNE) e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação —, atuando ativamente na formulação, regulação e implementação de políticas educacionais alinhadas aos imperativos da acumulação flexível, típica da nova fase do neoliberalismo. Na Figura 3 se apresenta os indivíduos responsáveis pela articulação do setor privado com a formulação e implementação da BNCC.

FIGURA 3 - Sujeitos ligados ao MPB com envolvimento na BNCC



Fonte: Lailton Santos; Layslândia Santos; Moura e Júca (2025, p.67)

Esses sujeitos (listados na Figura 3) integram a rede empresarial à qual o MPB está vinculado e atuam na defesa de seus princípios e diretrizes. O empresariado da educação, amplamente inserido em organizações da sociedade civil de caráter não governamental, opera a partir de um receituário já consolidado. Esse roteiro parte da ênfase na existência de uma suposta crise crônica na educação pública e na consequente urgência de reformas estruturais na política educacional. Essa concepção tecnicista e fragmentada do direito à educação atende aos interesses da lógica empresarial, ao mesmo tempo em que esvazia o sentido histórico e político da formação humana, reduzindo-a a um conjunto de habilidades e competências mensuráveis, úteis apenas ao mercado de trabalho flexível.

Diante desse cenário, o currículo se constrói como um espaço central na disputa por sentidos da educação, inserido em um contexto mais amplo de reconfiguração das relações entre o público e o privado. Ele passa a operar como instrumento de reconstrução simbólica e material da sociedade, ao mesmo tempo em que serve de base para consolidar interesses privados. Em outras palavras, o conhecimento histórico, científico e cultural da humanidade é sistematicamente negado ou marginalizado, dando lugar a competências específicas demandadas pelo setor produtivo em processo de flexibilização econômica e precarização das relações de trabalho.

Sob esses aspectos, ocorre a ênfase em avaliações padronizadas, *rankings* escolares e uma série de indicadores quantitativos orienta não apenas o financiamento das políticas

públicas, mas também redefine o próprio sentido da educação, agora subordinado à lógica da gestão. Sendo assim, a gestão substitui o investimento: pretende-se "melhorar" a qualidade da educação sem ampliação de recursos, por meio da administração da escassez e da implementação de reformas que flexibilizam a organização do trabalho pedagógico e precarizam as condições de ensino. O objetivo não é resolver as desigualdades estruturais do sistema educacional, mas gerenciá-las sob parâmetros tecnocráticos e mercadológicos, para enfrentar o quadro de crise estrutural que a sociabilidade do capital vivência.

Conclusões

Em síntese, a atuação dos empresários da educação, mediada por parcerias público-privadas, tem contribuído para a consolidação de uma pedagogia do empreendedorismo orientada pela mercantilização da educação, convertendo-a em um serviço atrativo e rentável aos mercados financeiros. Nesse contexto, à educação é atribuída a função de responsabilizar individualmente os estudantes por seus fracassos, deslocando para o sujeito as contradições estruturais da sociabilidade capitalista. Tal orientação curricular visa à manutenção do consenso cultural e à preservação do status quo, assegurando a reprodução da divisão social do trabalho e das hierarquias de classe. Ao reduzir a ciência a uma tecnologia instrumental e supostamente neutra, dissociada de sua dimensão crítica e histórica, o currículo assume um caráter ideológico, cuja função central passa a ser a legitimação e a sustentação da ordem social vigente.

Nessa direção, a privatização do currículo que orientou a elaboração e implementação da BNCC expressa um processo de transferência do controle dos conteúdos escolares, das metodologias de ensino e das práticas pedagógicas para o setor privado, incluindo organizações empresariais e entidades autodenominadas sem fins lucrativos, que passam a atuar de forma decisiva na produção de materiais didáticos, na formação de professores e na definição curricular, alinhando-a a interesses corporativos.

Inserida no projeto neoliberal, a educação assume um papel estratégico ao ser reconfigurada por meio da aliança entre Estado e mercado, seja pela adequação do currículo às exigências do capital e às transformações do mundo do trabalho, seja pela difusão de valores neoliberais, como a livre iniciativa, a concorrência meritocrática, o individualismo competitivo e a crença no mercado autorregulado. Trata-se, portanto, de um discurso que funciona como mediação ideológica. Esse novo quadro discursivo opera como uma bricolagem de conceitos reformulados, ressignificados ou atualizados, cujo efeito é a despolitização da educação e a consolidação de uma visão instrumental e mercadológica da escola pública.

Referências Bibliográficas

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.html>. Acesso em: 01 de abril de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília, DF, 2018a. 600p. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf>. Acesso em: 24 de Agosto de 2023.

BALL, Stephen; YODELL, Deborah. **Privatización encubierta en la educación pública, Internacional de la Educación**. Bruselas, 2007.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. Parcerias público-privadas e hipertrofia do mercado na educação. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador: BA, v.13, n.1, p.30-47, abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44350>. Acesso em: 28 de novembro de 2023.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: CÊA, Georgia; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo (Orgs.). **Trabalho e educação**: interlocuções marxistas. — Rio Grande: Ed. da FURG, 2019. Cap. 3, p. 83-120.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 48-59, jun., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12594/0>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

SANTOS, Lailton de Souza; SANTOS, Layslândia de Souza; MOURA, Dante Henrique; JUCÁ, Wellyna Gonçalves. Os reformadores empresariais do currículo brasileiro: uma análise sobre a BNCC. In: SILVA, Antônio Nascimento da; BASTOS, Júlia Érika Moreira; SANTOS, Layslândia de Souza (Orgs.). **Educação, ciência e formação humana**: a produção de conhecimento à serviço da classe trabalhadora – IV Encontro Internacional Trabalho, Educação Estética e Sociedade (IV ENITEESSC). - Marília: Lutas Anticapital, 2025. Cap. 3, p. 53-71.

SHIROMA, Eneida Oto. Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 5, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/41855878/Redes_experts_e_a_internacionaliza%C3%A7%C3%A3o_de_pol%C3%ADticas_educacionais>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

TORRIGLIA, Patricia Laura. Primeiras aproximações ao ser do reflexo: a vida cotidiana como terreno fundante do processo de conhecimento. In: TORRIGLIA, Patricia Laura. **Ontologia crítica**: e os diferentes objetos na pesquisa educacional. – Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2018.